

CASA DE OSWALDO CRUZ

Termo de Referência 13/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
13/2026	254488-CASA DE OSWALDO CRUZ	FABIO HENRIQUE BORGES PIMENTEL	28/05/2026 11:55 (v 0.15)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra	29/2026	25067.000023/2026-18

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

(Processo Administrativo nº 25067.000023/2026-18)

TERMO DE REFERÊNCIA

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para prestação de serviço de locação de ônibus com motorista, visando atender aos eventos de disseminação técnico - científicos realizados pela Casa de Oswaldo Cruz, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	ÔNIBUS COM 46 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro com acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Outros Estados x Campus Manguinhos (Rio)	24198	KM	15.000	R\$17,10	R\$265.500,00
2	ÔNIBUS COM 46 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro com acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico.	24198	KM	6.000	R\$ 18,43	R\$110.599,80

	Campus Manguinhos (Rio) x Outros Municípios x Campus Manguinhos (Rio)					
3	ÔNIBUS COM 46 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Rio e Grande Rio x Campus Manguinhos (Rio)	24198	KM	2.000	R\$23,03	R\$46.066,60
4	ÔNIBUS DE 46 LUGARES - TRAJETOS ABAIXO DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Vários bairros do RJ x Campus Fiocruz Manguinhos	24198	VIAGEM	80	R\$2.000,00	R\$160.000,00
5	ÔNIBUS DE 27 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 27 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Outros Municípios x Campus Manguinhos (Rio)	24198	KM	6.000	R\$19,03	R\$ 114.199,80
6	ÔNIBUS DE 27 LUGARES - ABAIXO DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 27 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Rio e e Grande Rio x Campus Fiocruz Manguinhos	24198	VIAGEM	16	R\$2.240,00	R\$35.840,00
7	VAN DE 15 LUGARES - ABAIXO DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 15 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Vários bairros do RJ x Campus Manguinhos (Rio)	24198	VIAGEM	40	R\$1.33000	R\$53.200,00
8	DIÁRIA DO VEÍCULO Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar-condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto básico.	24198	DIÁRIA	50	R\$2.160,00	R\$108.000,00
TOTAL						R\$ 884.406,20

Classificação do objeto quanto à heterogeneidade ou complexidade

1.2. O objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), conforme art 6º Inciso XII da lei 14133 de 1º de abril de 2021, e justificativa contida no Estudo Técnico Preliminar (Anexo I).

Classificação do objeto quanto ao modelo de execução

1.3. O serviço é enquadrado como não contínuo ou contratados por escopo.

Prazo de vigência

1.4. Por se tratar de registro de preço, cada emissão de empenho é uma contratação, portanto a vigência fica restrita ao período da viagem, ou seja, o prazo de vigência estará atrelada a cada contratação que será informada antecipadamente no ato do agendamento.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. A presente contratação está prevista no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

0. ID PCA no PNCP: 33781055000135-0-000018/2026;
1. Data de publicação no PNCP: 08/04/2025 ;
2. Id do item no PCA: 229 ;
3. Classe/Grupo: 732 ;
4. Identificador da Futura Contratação: 254488-29/2026

Ano do PCA: 2026 - DFD nº 207/2025

2.3. O presente certame está alinhado ao Plano Diretor de Logística Sustentável, conforme diretrizes apensadas ao item 4.1 e seus subitens deste Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada abaixo e em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

LOTE 1

Aluguel de ÔNIBUS de 46 lugares, micro-ônibus de 27 lugares e Van de 15 lugares. Equipados com ar-condicionado, poltronas reclináveis do tipo Semi-leito, Leito e Leito-cama, geladeira abastecida com água mineral, banheiro, equipado com elevador de acessibilidade, motorista habilitado e seguro contra acidentes.

A Contratada deverá disponibilizar de veículos em perfeitas condições de uso e tráfego, de acordo com as disposições contratuais e do Código Nacional de Trânsito.

Requisitos:

1. Possibilidade de pernoite, sendo informada na comunicação oficial pela Casa de Oswaldo Cruz (estimativa de 04 pernoite por viagem de longa distância); **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3 e 5)**
2. No caso de haver pernoite, a diária do motorista são por conta da contratada; **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3 e 5)**
3. A diária do veículo será por conta da contratante, conforme estimativa da planilha; **(REF AO ITEM 8)**
4. O veículo deverá ficar a disposição do grupo; **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**
5. **Para viagens acima de 600kms, o carro deverá ser equipado com poltronas do tipo leito cama (180° de inclinação do encosto) e, para cada passageiro, a disponibilização de manta e travesseiros devidamente higienizados. (REF AO ITEM 1)**
6. Sistema interno de som e possibilidade de uso de microfone. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**

7. O carro alugado deverá ser equipado com elevador de acessibilidade (esse carro será solicitado quando for necessário); **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**
8. Prazo para cancelamento dos serviços será de 24 (horas) que antecede o Evento. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**
9. As seguintes despesas serão por conta da empresa contratada: **(REF A TODOS OS ITENS)**
- 9.1. Alimentação do motorista;
- 9.2. Pedágio;
- 9.3. Estacionamento, quando necessário;
- 9.4. Combustível;
- 9.5. Seguro do Veículo;
10. As informações e requisições necessárias para a utilização do transporte a ser contratado serão feitos pelos requisitantes, por meio expresso, com prazo máximo de 05 (cinco) dias antes do Evento. **(REF A TODOS OS ITENS)**
11. As viagens fora do Município poderão ter pernoite. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3 e 5)**
12. As viagens terão duração de até 12 horas para percursos acima de 100 KM's, e de até 06 horas para percursos abaixo de 100 KM's. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**
13. **As viagens de maior percurso (acima de 600 KM's) deverão ser realizadas pelos ônibus de 46 lugares, com o assento do tipo leito-cama. (REF AO ITEM 1)**
14. As viagens com percurso abaixo de 600 KM's, poderão ser realizadas pelos ônibus de 46 lugares e/ou micro-ônibus de 27 lugares, com o **assento categoria mínima do tipo semi-leito para ônibus de 46 lugares e reclináveis para ônibus de 27 lugares. (REF AOS ITENS: 2, 3 e 5)**
15. Valor de cobrança deverá ser por KM's rodados para viagens acima de 100 KM's, para viagens abaixo de 100 KM's será pago valor fixo pela Administração e será calculado como "Serviço". **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**
16. As viagens e Serviços serão com Ida e Volta. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7)**
17. O cálculo de KM usado em cada viagem se dará da seguinte forma:
- 17.1. Quando for necessário a permanência do carro no Estado e/ou Município da viagem, a contabilização dos KM's será a seguinte: Multiplicação da distância em KM por 2 (dois), que corresponde a distância percorrida de ida e volta, somando a quantidade de diárias necessárias naquela viagem. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, 5 e 8)**
- 17.2. Quando **NÃO** for necessário a permanência do carro no Estado e/ou Município da viagem, a contabilização dos KM's será a seguinte: Multiplicação da distância em KM por 4 (quatro), que corresponde a distância percorrida de ida e volta duas vezes. **(REF AOS ITENS: 1, 2, 3, e 5)**

ITENS:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
1	ÔNIBUS COM 46 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro com acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Outros Estados x Campus Manguinhos (Rio)	KM	15.000
2	ÔNIBUS COM 46 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro com acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Outros Municípios x Campus Manguinhos (Rio)	KM	6.000
3	ÔNIBUS COM 46 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis,	KM	2.000

	motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Rio e Grande Rio x Campus Manguinhos (Rio)		
4	ÔNIBUS DE 46 LUGARES - TRAJETOS ABAIXO DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Vários bairros do RJ x Campus Fiocruz Manguinhos	VIAGEM	80
5	ÔNIBUS DE 27 LUGARES - TRAJETOS ACIMA DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 27 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Outros Municípios x Campus Manguinhos (Rio)	KM	6.000
6	ÔNIBUS DE 27 LUGARES - ABAIXO DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 27 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Rio e e Grande Rio x Campus Fiocruz Manguinhos	VIAGEM	16
7	VAN DE 15 LUGARES - ABAIXO DE 100 KM Serviço de locação de ônibus, com 15 lugares, ar condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto Básico. Campus Manguinhos (Rio) x Vários bairros do RJ x Campus Manguinhos (Rio)	VIAGEM	40
8	DIÁRIA DO VEÍCULO Serviço de locação de ônibus, com 46 lugares, ar-condicionado, poltronas reclináveis, motoristas habilitados e seguro contra acidentes, conforme itinerário e especificações do Projeto básico.	DIÁRIA	50

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. Dar preferência a veículos automotores que utilizem o combustível renovável como (etanol, gás natural veicular, biodiesel, eletricidade etc.), inclusive mediante tecnologia “flex”, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4.1.2. Somente será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

4.1.3. Os veículos devem seguir os limites máximos de ruídos para veículos automotores nacionais e importados, em aceleração e na condição parado fixados nas Resoluções CONAMA nº 1, de 11/02/1993, n. 08 /1993, n. 17/1995, nº 272/2000 e n. 242/1998 e legislação superveniente e correlata.

4.1.4. Os veículos automotores deverão ser submetidos periodicamente ao Programa de Inspeção e Manutenção de Veículos em Uso – I/M vigente, mantido pelo órgão estadual ou municipal competente, sendo inspecionados e aprovados quanto aos níveis de emissão de poluentes e ruído, de acordo com os procedimentos e limites estabelecidos pelo CONAMA ou, quando couber, pelo órgão responsável, conforme Resolução CONAMA nº 418, de 25/11/2009, complementações e alterações supervenientes.

4.1.5. Os veículos automotores preferencialmente deverão possuir eficiência energética equivalente à de um veículo com Etiqueta da categoria A (mais eficiente) do Programa Brasileiro de Etiquetagem Veicular (PBE Veicular), ou comprovarão desempenho energético equivalente ou o mais próximo possível dessa classificação.

4.1.6. O veículo a ser utilizado na execução dos serviços deverá possuir ENCE (Etiqueta Nacional de Conservação de Energia) relativa à categoria, quando aplicável.

4.1.7. Veículos híbridos ou elétricos poderão ser utilizados na prestação dos serviços, desde que apresentem características adequadas para atender à demanda necessária e cumpram as exigências mínimas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.8. Quando a contratada necessitar proceder a troca de óleo do veículo se atente a correta destinação de resíduos, em conformidade com a Legislação vigente (Lei nº 12.305, de 2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022: regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005: Dispõe sobre o recolhimento, coleta e destinação final de óleo lubrificante usado ou contaminado).

4.1.9. O mesmo aplica-se quando se fizer necessária a troca de pneus, os quais devem ter destino ambientalmente seguro, conforme normativo vigente (Lei nº 12.305, de 2010: Política Nacional de Resíduos Sólidos; Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022: regulamenta a Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010; Resolução CONAMA nº 416, de 30/09/2009: Dispõe sobre prevenção à degradação ambiental causada por pneus inservíveis e sua destinação ambientalmente adequada; Instrução Normativa 9, de 20 de julho de 2021, IBAMA: Institui, no âmbito do Ibama, os procedimentos necessários ao cumprimento da Resolução Conama nº 416, destinação final de pneus inservíveis; Portaria 379, de 19/09/2021, INMETRO).

4.1.10. Executar manutenção preventiva e corretiva dos veículos, incluindo os serviços de funilaria, pintura, troca de pneus, lubrificação, bem como a substituição de peças desgastadas, de modo a manter as suas características originais, objetivando que sejam minimizados os níveis de emissão de poluentes, contribuindo assim, com qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, de acordo com a legislação vigente;

4.1.11. Os veículos deverão possuir catalisador ou equipamento similar, de modo a controlar e emissão de gases poluentes na atmosfera, conforme PROCONVE;

4.1.12. Observar a legislação vigente sobre o controle de poluição do meio ambiente, em especial as regulamentações do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA), Conselho nacional do Meio Ambiente (CONAMA), Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (PROCONVE), destacando-se a Lei Federal nº 8.723/01;

4.1.13. Evitar a deterioração do sistema de escapamento dos veículos, de modo a evitar níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação vigente, normas brasileiras aplicáveis e recomendações do manual do proprietário do veículo;

4.1.14. Além da conformidade ao Guia de Nacional de Contratações Sustentáveis, a Concessionária deverá ter ciência e respeitar as diretrizes do PLANO DE LOGÍSTICA SUSTENTÁVEL 2021 da FIOCRUZ, bem como suas atualizações, conforme documento anexado a este Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: até 03 (três) dias após a assinatura da Nota de Empenho e Ordem de Fornecimento.

5.1.2. Enviar os meios de contato com o motorista responsável pelo transporte, com até 24 horas de antecedência da viagem;

5.1.3. Chegada dos veículos ao local de embarque com pelo menos 30 minutos de antecedência ao embarque, em pleno estado de conservação e limpeza, dispondo de água mineral aos passageiros e o motorista em posse da ordem de serviço impressa.

5.1.4. Chegada ao local de desembarque com pelo menos 30 minutos de antecedência ao embarque, em pleno estado de conservação e limpeza, dispondo de água mineral aos passageiros e o motorista em posse da ordem de serviço impressa;

5.1.5. A confirmação do serviço deverá ocorrer em até 24h do envio do pedido;

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho encontram-se pormenorizados no Estudo Técnico Preliminar, Anexo I deste Termo de Referência.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados com a trajeto de ida e retorno. O local de partida será a partir do seguinte endereço: Centro de Recepção do Museu da Vida - Fundação Oswaldo Cruz, Campus Manguinhos: Av. Brasil, nº 4.365, no bairro de Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ - e o retorno culminará no mesmo endereço.

5.2.1. Eventualmente o local de partida e retorno poderão sofrer alteração, esta informação será enviada no agendamento que ocorrerá mensalmente.

5.3. O horário para a prestação dos serviços será definida no agendamento de serviços que ocorrerá mensalmente.

Materiais a serem disponibilizados:

5.7. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar água mineral para os passageiros.

5.8. Para viagens acima de 600kms, o carro deverá ser equipado com poltronas do tipo leito cama (180° de inclinação do encosto) e, para cada passageiro, a disponibilização de manta e travesseiros devidamente higienizados.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.9. A demanda do órgão tem como característica o transporte de pesquisadores, alunos e servidores do Casa de Oswaldo Cruz para eventos científicos que, poderão ser em outros estados. Os preços propostos deverão ser em reais, computando todos os custos necessários para a prestação dos serviços, bem como todos os impostos e encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais, taxas, fretes, seguros e diárias do motorista (como hospedagem e alimentação) e outros que venha incidir sobre o serviço contratados. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10. O carro alugado deverá ser equipado com elevador de acessibilidade (esse carro será solicitado quando for necessário);
Prazo para cancelamento dos serviços será de 24 (horas) que antecede o Evento.

5.11. As seguintes despesas serão por conta da empresa contratada:

- 5.11.1. Alimentação do motorista;
- 5.11.2. Pedágio;
- 5.11.3. Estacionamento, quando necessário;
- 5.11.4. Combustível;
- 5.11.5. Seguro do Veículo;

5.12. As viagens fora do Município poderão ter pernoite.

5.13. As viagens terão duração de até 12 horas para percursos acima de 100 KM's, e de até 06 horas para percursos abaixo de 100 KM's.

5.14. As viagens de maior percurso (acima de 600 KM's) deverão ser realizadas pelos ônibus de 46 lugares, com o assento do tipo leito-cama.

5.15. As viagens com percurso abaixo de 600 KM's, poderão ser realizadas pelos ônibus de 46 lugares e/ou micro-ônibus de 27 lugares, com o assento categoria mínima do tipo semi-leito para ônibus de 46 lugares e reclináveis para ônibus de 27 lugares.

5.16. Valor de cobrança deverá ser por KM's rodados para viagens acima de 100 KM's, para viagens abaixo de 100 KM's será pago valor fixo pela Administração e será calculado como "Serviço".

5.17. As viagens e Serviços serão com Ida e retorno

5.18. O cálculo de KM usado em cada viagem se dará da seguinte forma:

5.18.1. **Quando for necessário** a permanência do carro no Estado e/ou Município da viagem, a contabilização dos KM's será a seguinte:

5.18.1.1. Multiplicação da distância em KM por 2 (dois), que corresponde a distância percorrida de ida e volta, somando a quantidade de diárias necessárias naquela viagem.

5.18.2. **Quando NÃO for necessário** a permanência do carro no Estado e/ou Município da viagem, a contabilização dos KM's será a seguinte:

5.18.2.1. Multiplicação da distância em KM por 4 (quatro), que corresponde a distância percorrida de ida e volta duas vezes.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

Preposto

- 6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.
- 6.7. O Contratado *não necessitará* manter preposto da empresa no local da execução do objeto *durante o período de validade do contrato*.
- 6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

- 6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

- 6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou

emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

Fiscalização Administrativa

6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

Gestor do Contrato

6.20. Cabe ao gestor do contrato:

6.20.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com a indicação expressa de que o valor da Nota Fiscal emitida pela contratada confere com o valor dimensionado pela fiscalização e gestão no recebimento definitivo do serviço.

6.20.8. receber e dar encaminhamento imediato:

6.20.8.1 às denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho, conforme o art. 2º, inciso III, do Decreto n.º 12.174/2024;

6.20.8.2. à notificação formal de que a empresa contratada está descumprindo suas obrigações trabalhistas, enviada pelo trabalhador, sindicato, Ministério do Trabalho, Ministério Público, Defensoria Pública ou por qualquer outro meio idôneo.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará Instrumento de Medição de Resultados - IMR, conforme previsto no ANEXO II deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

7.2.1. não produziu os resultados acordados,

7.2.2. deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Recebimento

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 10 (dez) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período de 10(dez) dias.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.9.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.11. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.13. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.14. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.15. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dias) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.15.1 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.5.2 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

7.15.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.15.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.15.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.[A9]

7.16. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.17. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.18. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.19. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.20. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.21. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.22. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.

7.23. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.24. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

7.24.1. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

7.24.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.25. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.26. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.27. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.28. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.29. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.30. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.31. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.33. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.33.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.34. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

7.35. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.35.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à

certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.35.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.35.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

7.36. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

8.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

8.2.4. Multa:

8.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

8.2.4.2. Moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 10% (dez por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

8.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021

8.2.4.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

8.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea:

8.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (dias) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

8.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

8.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

8.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

8.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

8.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

8.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

8.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo

ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo valor de **MENOR PREÇO**.

Regime de Execução

9.2. O regime de execução do contrato será por Empreitada por Preço global.

Exigências de habilitação

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.5. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.6. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A10]

9.7. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

- 9.8. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.9. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.10. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.11. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 9.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.18. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;[A12]
- 9.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 9.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.[A13]

Qualificação Econômico-Financeira[A14]

- 9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;
- 9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas[A15] :

LG =

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.24. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.25. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

Qualificação Técnica

9.27. *Declaração de que o fornecedor tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.*

9.27.1. *Essa declaração poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.*

9.28. Registro registro específico do DETRO/RJ e consistir como objetivo principal o transporte rodoviário de passageiro em seu ato constitutivo Art. 101 do Decreto Estadual nº 22.490/96 (DETRO/RJ);

9.29. Deverá comprovar o licenciamento conforme preconiza a Portaria Conjunta DETRAN-RJ/FEEMA (INEA) nº 39/2008;

9.30. A empresa deverá estar registrada na SMTU (Superintendência Municipal de Transporte Urbano);

9.31. Deverá apresentar autorização do DETRO/RJ conforme art. 102 do Decreto Estadual nº 22.490/96 (DETRO/RJ); - Registro da empresa na Agência Nacional de Transporte Terrestre (ANTT) em plena validade para transporte interestadual de passageiros, para atender as solicitações do item 1 deste instrumento e, no Departamento de Transportes Rodoviários do Estado do Rio de Janeiro e na Secretaria Municipal de Transporte do Rio de Janeiro, em plena validade, para atender todos itens deste Termo de Referência

Qualificação Técnico-Operacional

9.32. Comprovação de aptidão para execução de serviço similar, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões

ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

9.32.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contrato(s) executado(s) com as seguintes características mínimas:

9.32.1.1. Execução do serviço de locação de ônibus de 46 lugares.

9.32.1.2. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 03 (três) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 03 (três) anos serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII - A da IN SEGES/MPDG n. 5 /2017.

9.32.1.3. Frota compatível: Comprovação de posse, propriedade ou contrato de locação / arrendamento de frota compatível com a demanda, ônibus equipados com elevadores de acessibilidade e poltronas do tipo leito-cama.

9.32.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.32.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

9.32.4. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

9.33. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

9.34. A apresentação, pelo fornecedor, de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitida, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

Qualificação Técnico-Profissional

9.35 Comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, motoristas profissionais **Habilitados com a Carteira Nacional de Habilitação** - CNH de categoria D ou superior.

9.35.1. Esses profissionais também deverão ter concluído o Curso Especializado para Transporte Coletivo de Passageiros, conforme art. 145 do CTB e Resolução CONTRAN nº 789/2020.

9.35.2. Motoristas capacitados para operar elevadores de acessibilidade ou plataformas elevatórias (PEMT - Plataforma Elevatória Móvel de Trabalho), nas Normas Regulamentadoras NR-12 (segurança em máquinas) e NR-18 (plataformas).

9.36. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do **caput** do art. 156 da Lei n.º 14.133, de 2021, em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

9.37. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

Disposições gerais sobre habilitação

9.38. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.39. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.40. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.41. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.42. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

Documentação complementar para cooperativas

9.43. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.43.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

9.43.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.43.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.43.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

9.43.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;

9.43.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:

9.46.6.1. ata de fundação;

9.46.6.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;

9.46.6.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;

9.46.6.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;

9.46.6.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;

9.46.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e

9.46.6.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9.44. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será :

9.44.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços, informada na tabela constante no item 1.1. deste Termo de Referência.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 884.406,20 (Oitocentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e seis reais e vinte centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

1. Gestão/unidade: 25201 / 254488;
2. Fonte de recursos: 6153000000 ;
3. Programa de trabalho: 10.573.1201.6179.0001;
4. Elemento de despesa: 33.90.33; e
5. Plano interno: A1COC.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas [exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas]

Luis Henrique Amorim
Matrícula SIAPE nº 1634216
Chefe
Depto Museu da Vida
COC/FIOCRUZ

13. ANEXO I

ANEXO I

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital OU Aviso de Contratação Direta*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(Nome e Cargo do Representante Legal)

14. ANEXO II

I

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

LUIS HENRIQUE DE AMORIM

Chefe do Departamento Museu da Vida